



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D Ã O Nº 312

Feito : Processo Nº 592/91-TCE/ACRE

Relator: Conselheiro JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FÁRIA

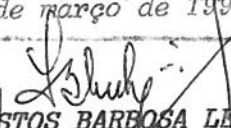
Assunto: Contrato de Prestação de Serviço firmado entre a ACREDATA e a TECOM-Comércio, Serviços e Representações Ltda.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 005/81, celebrado entre a Empresa de Processamento de Dados do Acre "ACREDATA" e a firma **TECOM - Comércio, Serviços e Representações Ltda.**, objetivando a Assistência Técnica para revisão e manutenção de caráter preventivo e corretivo de equipamentos - **GTEE - considerado regular, com ressalvas** Assinado prazo à origem, para regularizar as falhas e, procedido o registro do instrumento, pelo arquivamento do processo

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo Nº 592/91**, acima indicado, **A C O R D A M** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre à unanimidade, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste aresto, para **considerar regular, com ressalvas, o Contrato Nº 005/81**, em exame, assinado o prazo de trinta (30) dias, à origem, por seu Diretor-Presidente, para o exato cumprimento das normas expressas no **Decreto-Lei Nº 2300/86** e regularização das falhas emuneradas nos autos, de tudo ciente esta Corte de Contas e via de consequência, pelo arquivamento do processo, após o registro do instrumento, em análise, no livro próprio.---.---.---.

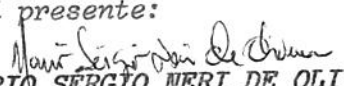
Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 11 de março de 1993.


Cons. ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE,
Presidente do TCE/ACRE


Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FÁRIA,
Relator

Fui presente:


MÁRIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA,
Procurador do Ministério Público Especial

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ...

Este documento foi publicado no
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO N.º 5.993
de 23/03/93

Ecilda Araújo de Freitas
Secretária do Plenário
Ecilda Araújo de Freitas
Secretária do Plenário



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO: 592/91

RELATOR : Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA

ASSUNTO : Contrato de Prestação de Serviços firmado entre
a ACREDATA e a TECOM - Comércio, Serviços e
Representações Ltda.


RELATÓRIO:

Trata o presente feito do Instrumento de Prestação de Serviços firmado entre a Empresa de Processamento de Dados S/A - ACREDATA e a TECOM - Comércio, Serviços e Representações Ltda., para assistência e manutenção de aparelhos telegônicos GTE, instalados na ACREDATA.

Da análise procedida pelos Técnicos e parecer do Ministério Público Especial, de relevante nos ensinua a forma irregular da feitura do Instrumento, que despreza as cláusulas do DL. 2.300/86, art. 45.

É o Relatório.

Rio Branco-AC, 11 de março de 1993.


José Augusto Araújo de Faria
Conselheiro Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE
(PROCESSO: 592/91)

CONCLUSÃO E VOTO:

O contrato administrativo é, de fato, um pacto de adesão, em que a Administração impõe normas - respeitada a legislação pertinente - a fim de resguardar o interesse público, e a contratada as aceita.

A análise dos Técnicos deste TCE e o documento de fl. 04, nos mostram que na verdade foi a contratante quem aderiu.

Diz Hely Lopes Meirelles: "Se nos ajustes privados a liberdade contratual é ampla para ambos os contratantes, sendo permitido a qualquer deles renunciar direitos e assumir as obrigações que lhe aprover, nos contratos administrativos, uma das partes - a Administração - está sempre vinculada ao interesse público e não pode abrir mão de direitos ou poderes por mera liberalidade com a outra parte.

Não pode subexistir um contrato administrativo, onde configuram-se cláusulas que contrariam, de maneira virtual, o interesse público.

Observa-se neste contrato que a Administração estranhamente abdica da obrigação de defender os interesses da Empresa, e porque não dizer, do Estado, e acolhe, complacentemente, disposições que são contrárias à sua finalidade.

Tendo em vista as conclusões da análise dos Técnicos deste TCE, o parecer do Ministério Público Especial e o exame acurado procedido pelo Relator, VOTO: considerando REGULAR COM RESSALVAS o contrato e, com fulcro na Lei Complementar nº 25, art. 30, VIII, pela assinatura de prazo de 30 (trinta) dias para que a Empresa de Processamento de Dados do Acre - ACREDATA, adote as providências ao exato cumprimento do DL. 2.300, e à sua necessária regularização, de tudo dando ciência a esta Corte de Contas, após, pelo arquivamento.

É como voto.

Rio Branco-AC, 11 de março de 1993.